

# CARTA CONJUNTURA

Ano 01 - maio/2015

Edição - 01



## Panorama Econômico e Financeiro dos Municípios

*“Mudar o Panorama Econômico e Financeiro são os principais desafios do Movimento Municipalista”*



## *Palavras do Presidente*

*Esta Carta Conjuntura é a primeira de uma série que será publicada periodicamente abordando variados temas. A Carta Conjuntura tem o objetivo de analisar e repassar informações sobre questões de interesse da gestão pública municipal e auxiliar no aperfeiçoamento das competências técnicas dos agentes públicos.*

*A Carta trata do Panorama Econômico e Financeiro dos Municípios catarinenses dos últimos sete anos, em especial, do crescimento econômico, geração de postos de trabalho e das transferências constitucionais.*

*As transferências constitucionais e o produto interno bruto (PIB) dos Municípios catarinenses, desde a Crise Financeira de 2008, vêm apresentando queda no ritmo de crescimento real. Esse resultado decorre, principalmente, das desonerações fiscais, bem como, da insuficiência de investimentos.*

*Além da evolução das transferências, outro ponto apresentado, de relevante interesse aos municípios, evidencia a coexistência entre a descentralização dos encargos e a centralização da arrecadação tributária. Essa situação se reflete na dificuldade dos Municípios em conciliar o atendimento das demandas sociais e o aumento do nível de investimento com a limitação dos recursos financeiros disponíveis.*

*A realidade desse cenário se apresenta como um desafio para os gestores públicos municipais. Assim, a Federação Catarinense de Municípios não mede esforços em busca da equidade das responsabilidades e o equilíbrio na distribuição dos recursos tributários em prol da melhoria do atendimento das necessidades básicas dos cidadãos.*

*José Claudio Caramori  
Presidente da FECAM  
Prefeito de Chapecó*



## Mudança do Paradigma Econômico dos Municípios Catarinenses

Os dados referentes à economia dos municípios catarinenses de 2012 indicam crescimento nominal de 4,87% no PIB e 3,78% no PIB per capita, vide tabela 1. Em termos reais, a evolução apresenta-se em queda na ordem de 0,97% e 2,06%, respectivamente. Para o período analisado, 2012 foi o único ano com evolução real negativa. Pode-se afirmar que o baixo nível de crescimento decorre do efeito prolongado da Crise de 2008 e também de problemas estruturais do Estado, cujo baixo nível de investimentos e a baixa competitividade dos produtos catarinenses produziram efeitos depreciativos na dinâmica da economia em 2012. Frente a economia dos municípios brasileiros para o mesmo período, esse desempenho é considerado insignificante, já que o crescimento real em nível nacional foi de 0,17%.

**Tabela 1. Taxas anuais de crescimento nominal do PIB dos municípios catarinenses (%)**

Setores	2009	2010	2011	2012
<b>PIB total</b>	<b>5,29</b>	<b>17,47</b>	<b>10,86</b>	<b>4,87</b>
Agropecuário	7,47	-5,27	-2,06	-25,49
Indústria	1,03	19,65	12,89	0,32
Indústria Extrativa mineral	-7,96	58,87	28,45	-7,35
Indústria de Transformação	1,60	16,49	11,54	-1,78
Eletricidade, gás e água	-7,78	24,83	21,02	0,82
Construção Civil	8,92	25,69	9,30	8,99
Serviços	8,64	15,64	9,28	10
Comércio	8,18	16,05	7,83	5,40
Alojamento e Alimentação	-2,80	14,82	30,34	18,73
Transporte e armazenamento	7,93	15,67	5,20	19,50
Comunicação	4,58	0,98	-2,07	4,72
Administração Pública	9,16	15,58	14,12	10,20
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	7,56	15,06	10,25	12,89
Demais serviços	15,73	6,22	11,34	9,92
<b>PIB per capita</b>	<b>4,15</b>	<b>15,01</b>	<b>9,68</b>	<b>3,78</b>

Fonte: IBGE e SPG – Elaboração: FECAM

# CARTA CONJUNTURA

PANORAMA ECONÔMICO E FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS

Ano 01 - maio/2015



Edição - 01

O baixo resultado da economia catarinense é caracterizado, principalmente, pela queda nominal de 25,49% no valor adicionado agropecuário. O resultado do ano é reflexo da diminuição da geração de valor na lavoura temporária (25,29%), tendo como destaque a grande queda no cultivo de cereais para grãos (30,32%).

Na lavoura permanente a diminuição foi de 22,62% e no setor pecuário o resultado também foi inexpressível, queda de 25,86%, com destaque para a diminuição na criação de bovinos (16,67%), de aves (15,21%) e na pesca (16,10%).

O setor de serviços obteve crescimento de 10%, tendo apresentado desempenho positivo em todos os seus segmentos. Os destaques desse setor estão relacionados às atividades de transporte e armazenamento; alojamento e alimentação, com crescimentos de 19,50% e 18,73%, respectivamente.

No setor industrial, o acréscimo foi imperceptível, com apenas 0,32%. O desempenho negativo da indústria de transformação (1,78%) e da indústria extrativista (7,35%) foram a base dessa evolução moderada. Cabe destacar a construção civil com crescimento de 8,99%. No entanto, esse acréscimo foi sustentado pelos investimentos privados, os quais aumentaram 18,55%. Já os investimentos de obras públicas obtiveram diminuição de 10,57%.

Notadamente a esse cenário, percebe-se que as expectativas da taxa de crescimento da economia dos municípios catarinenses em 2015 serão relativamente menores que as apresentadas nos anos anteriores. Tal fato se justifica pela austeridade fiscal implementada pelo governo federal e pelas elevadas taxas de juros e inflação. Além disso, há a deterioração das expectativas dos empresários e dos consumidores, que compromete a geração de emprego e renda.

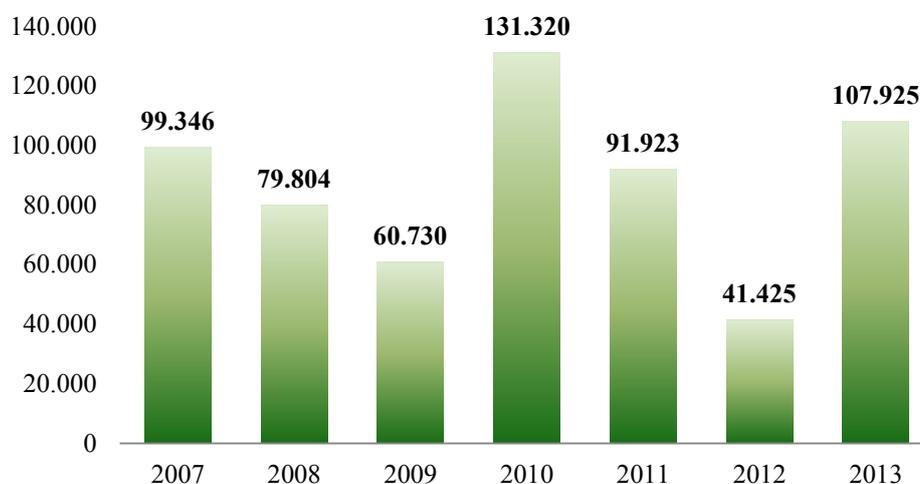


## O Desempenho do Mercado de Trabalho em 2015

Em nível nacional, observa-se um estreitamento no mercado de trabalho, com aumento da taxa de desemprego para 6,2% em março deste ano (a taxa foi de 5,0% no mesmo período de 2014). Esses dados são divulgados pelo IBGE por meio da Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Para os municípios catarinenses, o mercado de trabalho apresentou acentuado dinamismo nos últimos anos. Entre 2007 e 2013 (gráfico1), a média de criação de postos de trabalho foi de 87.496.

**Gráfico 1. Postos de Trabalho nos Municípios de Santa Catarina**



Fonte: IBGE e SPG – Elaboração: FECAM

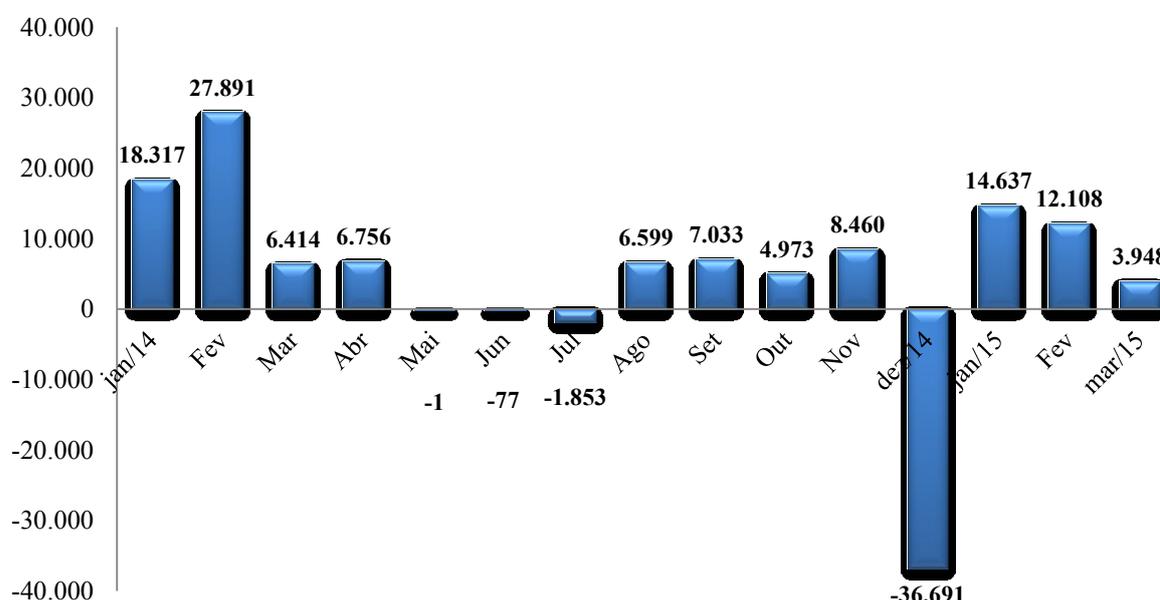
As informações recentes relativos à geração de postos de trabalho, conforme tabela 2, considerados os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), evidenciam acomodação desse processo evolutivo para Santa Catarina.



Em 2014, foram criados apenas 47.821 novos empregos formais nos municípios catarinenses, saldo muito inferior a média exposta anteriormente. Na análise mensal do gráfico 2, observa-se que em dezembro de 2014, houve uma drástica redução nos postos de trabalho, cerca de 36 mil empregos formais foram reduzidos. A forte queda, deve-se em virtude da eliminação de 19.661 empregos no setor industrial.

Destaca-se nesse mês a redução de 5.385 postos de trabalho na confecção de artigos de vestuário e acessórios; 5.362 na administração pública, defesa e seguridade social; 3.485 na construção de edifícios; 2.032 na educação; 1.957 na fabricação de produtos têxteis; e 1.730 na fabricação de produtos de alimentos.

**Gráfico 2. Postos de Trabalho nos Municípios de Santa Catarina**



Fonte: MTE – Elaboração: FECAM

Os primeiros três meses de 2015 ratificam o menor dinamismo na geração de postos de trabalho na economia catarinense. Nesse período, foram admitidos 38.839 e desligados 8.146 trabalhadores, gerando 30.693 novos empregos, no entanto, esse valor ficou aquém do apresentado em igual período no ano anterior (52.622).

A desaceleração no ritmo de crescimento de emprego formal é maior no setor de comércio. Houve a diminuição de 4.076 postos de trabalho nesse setor em 2015. Agregaram para esse resultado a dispensa de 5.342 empregados nas atividades de comércio varejista e nos serviços.

Houve uma recuperação do nível de empregos no setor industrial e da administração pública, com a geração de 17.147 e 4.214 novos postos de trabalho, respectivamente. Esses dois setores apresentaram no trimestre anterior perdas de 27.782 postos de trabalho.

**Tabela 2. Postos de Trabalho por Atividade Econômica nos Municípios de Santa Catarina**

Setores	2014				2015
	I	II	III	IV	I
Trimestre					
Extrativa mineral	50	201	-68	-82	-88
Indústria de transformação	25.739	773	-356	-22.502	17.147
Serviços de Utilidade Pública	45	368	342	298	110
Construção Civil	6.156	2.997	1.213	-6.139	2.877
Comércio	-1.538	-278	3.922	8.438	-4.076
Serviços	13.921	6.537	6.582	729	9.503
Administração Pública	5.174	587	230	-5.280	4.214
Agropecuária,	3.075	-4.507	-86	1.280	1.006
Criação de Postos de Trabalho	52.622	6.678	11.779	-23.258	30.693

Fonte: MTE – Elaboração: FECAM

No setor da indústria, destaca-se a contratação de 4.124 novos funcionários na confecção de artigos de vestuários e acessórios e 2.738 na fabricação de produtos alimentícios.

Os dados mostram um arrefecimento no ritmo de expansão do emprego formal na economia de Santa Catarina. Esse comportamento é condizente com o agregado nacional, ao qual se apresenta com aumento na taxa de desemprego e diminuição do crescimento econômico.

## Crescimento Real das Transferências Constitucionais?



O desempenho das transferências constitucionais dos últimos anos tem sido modesto. Em 2014, esse panorama pouco se modificou, sendo que tal resultado encontra-se principalmente na estagnação da economia brasileira e no arcabouço institucional das finanças públicas que concentra os recursos tributários na União e nos Estados. A situação é agravada pela elevada dependência dos municípios quanto às transferências constitucionais e voluntárias. Os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referentes ao ano de 2013, mostram que 92,41% dos municípios catarinenses têm mais de 60% de suas receitas orçamentárias decorrentes das transferências. O cenário é temeroso e a perspectiva de mudança é uma questão desafiadora para os municipalistas.

A tabela 3 apresenta um panorama das principais transferências constitucionais aos municípios catarinenses desde a Crise Financeira de 2008. Essas receitas representaram 61,17% das transferências totais aos municípios catarinenses em 2013 e os resultados mostram um expressivo crescimento real decrescente e volátil. Para o biênio de 2013 e 2014, percebe-se que houve uma retomada do crescimento. No entanto, para os municípios, o resultado é considerado insatisfatório frente às crescentes responsabilidades e encargos que lhes têm sido atribuídos.

O resultado agregado de 2014 para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) apresentou crescimento real de 2,94% em relação a 2013, passando de R\$2.262,78 milhões para R\$2.474,26 milhões<sup>1</sup>. De fato, esse acréscimo foi resultante de alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) maiores do que as

<sup>1</sup>Os valores do FPM já estão descontados a parcela destinada ao FUNDEB.

verificadas nos anos anteriores. No entanto, o crescimento foi minimizado, em especial, pela redução das vendas de veículos no mercado nacional. A Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve) indica que houve uma queda de 6,76% em 2014, no comparativo a 2013, na venda de todos os segmentos automotivos.

**Tabela 3. Crescimento Real<sup>2</sup> das Principais Transferências Constitucionais**

Receitas	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
FPM	19,21%	10,11%	1,71%	17,21%	-2,75%	1,59%	2,94%	-2,30%
CIDE-Combustível	-21,10%	-44,01%	78,85%	12,28%	-52,96%	-100,82%	96,07%	-
ICMS	14,66%	4,73%	13,99%	8,92%	0,38%	4,49%	4,81%	-1,13%
IPVA	-5,70%	23,74%	7,93%	8,84%	7,08%	1,34%	4,38%	-2,53%

\* Crescimento real do ICMS e FPM comparado para o acumulado entre janeiro abril de 2014 e 2015. IPVA o acumulado foi entre janeiro a março.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Portal de Transferência Constitucional FECAM – **Elaboração:** FECAM

O crescimento real do FPM em 2014 é considerado um resultado insignificante ao compará-lo com o apresentado em 2008, já que ao longo desse período o crescimento real vem apresentando tendência decrescente. O início de 2015 sustenta esse fato, o acumulado de janeiro a abril, frente ao mesmo período do ano anterior, apresenta queda real de 2,30%. De forma geral, esse resultado do FPM representa um forte indício de que a estagnação econômica e as políticas fiscais durante o período ocasionaram sérios prejuízos financeiros aos municípios.

A análise da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) também é fundamental, já que se trata de um imposto que representa, para aproximadamente 70% dos municípios, mais de 20% da receita orçamentária. Entre 2013 e 2014, houve um acréscimo nominal de 11,22%, passando de R\$3.665 milhões em valores brutos, para R\$4.076 milhões. A Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina (SEF/SC) considera que tal crescimento é resultante em

<sup>2</sup> O Índice de Preço do Consumidor Amplo – IPCA foi utilizado como base para a atualização real dos valores.

especial, do esforço fiscal realizado pela sua equipe no programa de combate a sonegação de impostos.

Em termos reais, o crescimento do ICMS em 2014 foi de 4,81%, muito inferior ao crescimento real médio apresentado entre 2008 e 2014, calculado em 7,43%. O ano de 2015 começou com um ritmo de crescimento bem inferior ao apresentado anteriormente. No acumulado de janeiro a abril de 2015, ao compará-lo com o mesmo período de 2014, percebe-se uma queda real de 1,13%.

A receita da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Combustível) apresentou uma grande instabilidade no decorrer do período analisado. O acréscimo real de 102,48% em 2014 não expressa uma visão real dos fatos. Desde 2011, a alíquota da CIDE-Combustível sofre diminuições consideráveis.

O valor transferido aos municípios foi de R\$14,49 milhões em 2008, quando não houve intervenção governamental. Já em 2014, a receita foi de apenas R\$1,05 milhão, queda de 92,79%. Ao considerar a inflação no período, a diminuição foi de 141,42%.

A respeito do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a receita somou R\$ 666,33 milhões em 2014, com crescimento real de 4,38%, comparado ao ano anterior. Seu aumento real em relação a 2013 é resultante, principalmente, do crescimento de 5,31% da frota de veículos do estado, conforme atestam os dados do Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina (DETRAN-SC). Esse aumento representa 222.165 novos veículos em circulação. A frota de veículos em Santa Catarina cresceu a uma média anual entre 2008 e 2014 de 7%. Em 2015, entre janeiro a março, o IPVA acumula queda real de 2,53%, frente ao mesmo período do ano anterior. O desempenho representa a forte retração da economia brasileira.

## Perdas nas Receitas Municipais

Desde 2008, a economia brasileira sofre impactos diretos ocasionados pelas mudanças do cenário externo. Para sanar esses obstáculos e criar estímulos para o crescimento econômico, o Governo Federal instituiu entre 2009 e 2014 uma série de incentivos fiscais voltados à promoção dos gastos e investimentos privados.

O caminho adotado pelo Brasil por meio da redução dos impostos, notadamente o IPI e a CIDE-Combustível, tornou possível estimular a demanda agregada como fonte de recuperação da atividade econômica. Entretanto, se por um lado as desonerações fiscais contribuíram para a frenagem dos efeitos negativos da Crise Financeira de 2008, por outro a renúncia das receitas contribuiu para a diminuição das transferências constitucionais aos municípios.

Os dados da Receita Federal mostram que para cada R\$1,00 de desoneração realizada em 2014<sup>3</sup>, R\$0,23 são relativas ao IPI e a CIDE-Combustível. Desta quantia, R\$0,04 são as perdas dos cofres públicos dos municípios brasileiros. Para o período entre 2012 e 2014, vide tabela 4, foram desoneradas cerca de R\$63.031 milhões, sendo que 49,87% são referentes ao IPI e 50,13% a CIDE-Combustível. O total das desonerações nesse período corresponde a cerca de 1,30% do PIB referente ao ano de 2013.

Em 2014, as perdas referentes ao IPI foram de R\$9.937 milhões, valor 15,94% menor que o registrado em 2013, reflexo, sobretudo da estagnação econômica. Com relação à CIDE-Combustível, que teve sua alíquota zerada em 2012, o crescimento médio de desoneração foi de 19% entre 2012 e 2014.

<sup>3</sup> Valores acumulados entre janeiro e outubro de 2014.



Com base nos dados da tabela 4, estimaram-se prejuízos aos cofres dos municipais para Santa Catarina. Percebe-se que as perdas entre os anos de 2012 e 2014 resultantes das desonerações, conforme gráfico 3, totalizaram o valor de R\$371,85 milhões. Deste montante, R\$83,21 milhões se referem às transferências da CIDE-Combustível e R\$288,64 milhões às do FPM. O total das perdas representou uma diminuição de 2,2% das receitas correntes executadas em 2013. Em 2014, esse percentual foi de 0,59%.

**Tabela 4. Desonerações Fiscais no Brasil (Milhões)**

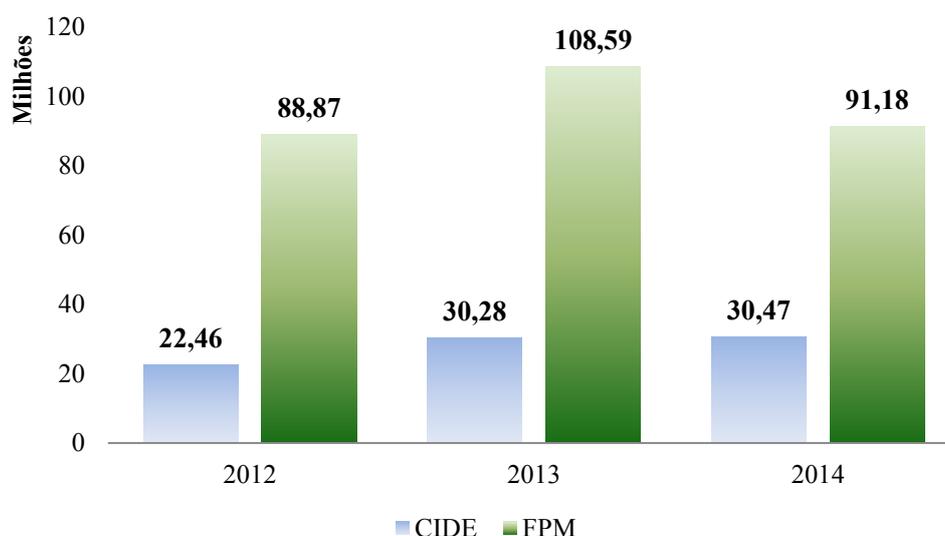
Receitas	2012	2013	2014*
IPI	9.673,00	11.822,00	9.937,00
CIDE	8.461,00	11.481,00	11.657,00

Fonte: Receita Federal – Elaboração: FECAM

\*Ano de 2014 não foi contabilizado o mês de dezembro

O valor total das perdas relativas ao FPM constituiu, para os municípios, uma diminuição de 9,32% sobre o total dessa transferência em 2014, já com relação ao total das receitas correntes dos municípios em 2013, a diminuição correspondeu a 1,7%.

**Gráfico 3. Estimativa de Perdas de Receitas dos Municípios Catarinenses**



Fonte: Receita Federal e TCU – Elaboração: FECAM

\*Ano de 2014 não foi contabilizado a mês de dezembro

A tabela 5 mostra a diminuição das receitas de acordo com o coeficiente populacional. Para os municípios com coeficiente 0,6 (170 municípios), por exemplo, a perda de forma individual é na ordem de R\$544.393,15. Ao comparar o total da receita corrente do exercício de 2013 com o total das perdas para o mesmo grupo, a diminuição é de 3,68%. Esse resultado mostra a grande dependência dos municípios sobre as transferências constitucionais.

**Tabela 5. Perdas Estimadas do FPM distribuídas por Coeficiente Populacional**

Coeficiente	Perdas Estimadas	Perdas Sobre RC*	Coeficiente	Perdas Estimadas	Perdas Sobre RC
0,6	544.393,15	3,68%	2,4	2.177.572,58	1,52%
0,8	725.857,53	2,94%	2,6	2.359.036,96	1,46%
1	907.321,91	2,45%	2,8	-	-
1,2	1.088.786,29	2,31%	3	-	-
1,4	1.270.250,67	2,18%	3,2	2.903.430,11	1,72%
1,6	1.451.715,05	1,95%	3,4	3.084.894,49	0,79%
1,8	1.633.179,44	1,86%	3,6	-	-
2	1.814.643,82	1,47%	3,8	4.568.939,33	1,59%
2,2	1.996.108,20	1,69%	4	4.750.403,71	0,70%
Capital	9.981.783,78	0,86%			

\*RC: Receita Corrente. A relação entre as perdas e a receita corrente foi definida pelo somatório dos municípios para cada coeficiente populacional.

Fonte: Receita Federal e TCU – Elaboração: FECAM

Para os municípios com menor dependência sobre as transferências constitucionais – que possuem coeficiente populacional 4 - a diminuição da receita corrente foi de 0,70%.

### Previsão das Transferências

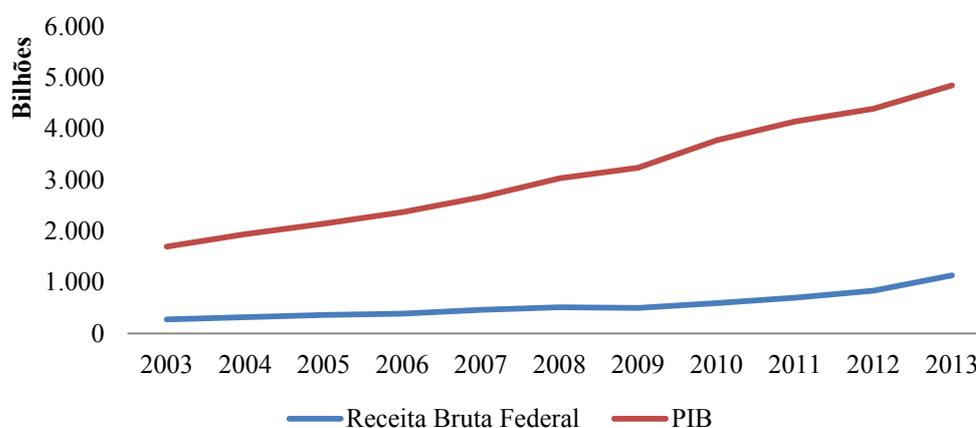
A atividade econômica é o propulsor da arrecadação dos tributos no país, seu crescimento direciona também o aumento das receitas públicas, conforme o gráfico 4. Para o período considerado, o crescimento nominal médio do PIB foi de 11,08% e o crescimento nominal das receitas foi de 15,73%. Essa relação direta corrobora forte

evidência de que se, a estagnação econômica persistir em 2015, a arrecadação tributária poderá sofrer diminuições consideráveis.

O crescimento das receitas relaciona-se a duas situações básicas: a primeira corresponde à evolução das atividades econômicas e a segunda está centralizada no combate à sonegação fiscal.

As perspectivas para o cenário econômico de 2015, segundo relatório *Focus* do Banco Central do Brasil (BACEN) divulgado em 24 de abril de 2015, indica uma queda real de 1,10%. Para o Fundo Monetário Internacional - FMI, em seu relatório *Perspectiva Econômica Regional: Hemisfério Ocidental*, de 29 de abril de 2015, a estimativa é que a retração na economia chegue a 1%. Essas análises caracterizam que aspectos como a produção nacional, o consumo e a renda apresentaram níveis menores, o que restringe em certos níveis o aumento da arrecadação. Sendo assim, a previsão da receita torna-se fundamental no processo da tomada de decisão, já que subsidia os gestores públicos no planejamento e na execução das políticas públicas.

**Gráfico 4. Evolução do Produto Interno Bruto Nacional e Receita Bruta Federal**



Fonte: IPEA – Elaboração: FECAM

Para o ano de 2015, a estimativa oficial realizada pela (STN) quanto ao repasse do FPM aos municípios catarinenses é de R\$2.843 milhões<sup>4</sup>. Este valor representa um acréscimo nominal de 14,89% com relação a 2014.

A tabela 6 apresenta as estimativas do FPM, para 2015, distribuída de acordo com o coeficiente populacional. Destaca-se que essa estimativa é contabilizada com a participação de 23,5% do FPM, sem ainda o acréscimo de 0,5 p.p a ser válido a partir de julho.

**Tabela 6. Previsão de Receita para os Municípios Catarinense em 2015\***

Coeficiente	Estimativa	Coeficiente	Estimativa
0,6	5.371.650	2,4	21.486.602
0,8	7.162.201	2,6	23.277.152
1	8.952.751	2,8	-
1,2	10.742.301	3	-
1,4	12.533.851	3,2	28.648.802
1,6	14.234.401	3,4	30.439.352
1,8	16.114.951	3,6	-
2	17.905.501	3,8	34.020.452
2,2	19.696.051	4**	50.033.968
Capital	98.492.520		

\* Dos valores do FPM já está descontada a parcela 20% (vinte por cento) para o FUNDEB e 1% do PASEP, exceto a parcela de 1,0% do FPM, de que trata a EC nº 55/2007.

\*\*O valor estimado contabiliza o repasse do FPM interior e reserva.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA para 2015 e TCU – **Elaboração:** FECAM

A Emenda Constitucional nº 84/2014 garantiu aos municípios o acréscimo de 1 p.p na distribuição do FPM, passando de 23,5% para 24,5%, distribuídos em parcelas equivalentes de 0,5 p.p entre 2015 e 2016. A estimativa de aumento de 0,5 p.p em 2015<sup>5</sup> para os municípios catarinenses é de R\$ 31,96 milhões. A tabela 7 apresenta a estimativa de crescimento de acordo com coeficiente populacional.

<sup>4</sup> Dos valores do FPM já está descontada a parcela 20,0% (vinte por cento) para o FUNDEB e 1% do PASEP, exceto a parcela de 1,0% do FPM, de que trata a EC nº 55/2007

<sup>5</sup> Valores a serem distribuídos no primeiro decênio de julho.



No caso específico da CIDE-Combustível, que teve sua alíquota recomposta em janeiro de 2015, estima-se que a arrecadação seja em torno de R\$3,7 bilhões a nível nacional. Para Santa Catarina, a estimativa indica que haverá um acréscimo nas receitas dos municípios na ordem de R\$ 9,67 milhões em 2015.

O primeiro repasse da CIDE-Combustível só ocorrerá em julho pelo fato que sua transferência aos municípios só ocorre trimestralmente. Além disso, o aumento da alíquota só passará a ter validade 90 dias após publicação do decreto pelo Ministério da Fazenda. É importante ressaltar que as estimativas podem ser revistas no decorrer do ano em virtude de mudanças no cenário econômico.

**Tabela 7. Previsão de Acréscimo os Municípios Catarinense em 2015**

Coeficiente	Estimativa	Coeficiente	Estimativa
0,6	60.383,73	2,4	241.534,91
0,8	80.511,64	2,6	261.662,82
1	100.639,55	2,8	-
1,2	120.767,45	3	-
1,4	140.895,36	3,2	322.046,55
1,6	161.023,27	3,4	342.174,45
1,8	181.151,18	3,6	-
2	201.279,09	3,8	506.783,73
2,2	221.407,00	4	526.911,64
Capital	1.107.172,85		

\*O valor estimado contabiliza o repasse do FPM interior e reserva

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, para 2015 e TCU – **Elaboração:** FECAM

## Desafios para o ano de 2015

Os desafios encontrados pelos municipalistas para o ano de 2015 se encontram nas questões relacionadas à conjuntura econômica e na estrutura do Sistema Federativo Nacional. Essas características tornam-se obstáculos para a sustentação das políticas públicas e dos programas sociais realizados pelos municípios.

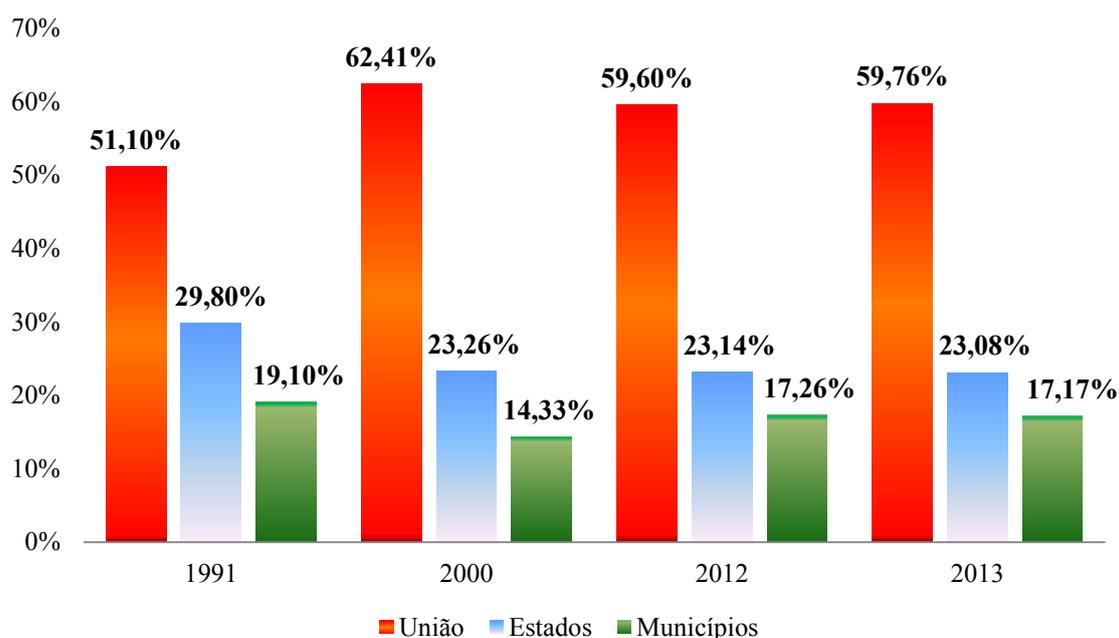
O Sistema Federativo Nacional, consagrado pela Constituição Federal de 1988, propicia um modelo baseado na coexistência entre a descentralização de encargos e na



centralização da arrecadação tributária. O gráfico 5 apresenta a composição das receitas tributárias disponíveis por esfera de governo.

Os dados mostram que em 2013 a União concentrava aproximadamente 60% dos recursos tributários disponíveis, valor 16,95% maior que o apresentado em 1991. Já os municípios, para esse mesmo período, obtiveram decréscimo em sua participação na carga tributária de 10,10%, passando de 19,10% para 17,17%.

**Gráfico 5. Distribuição da Partilha Tributária**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – Elaboração: FECAM

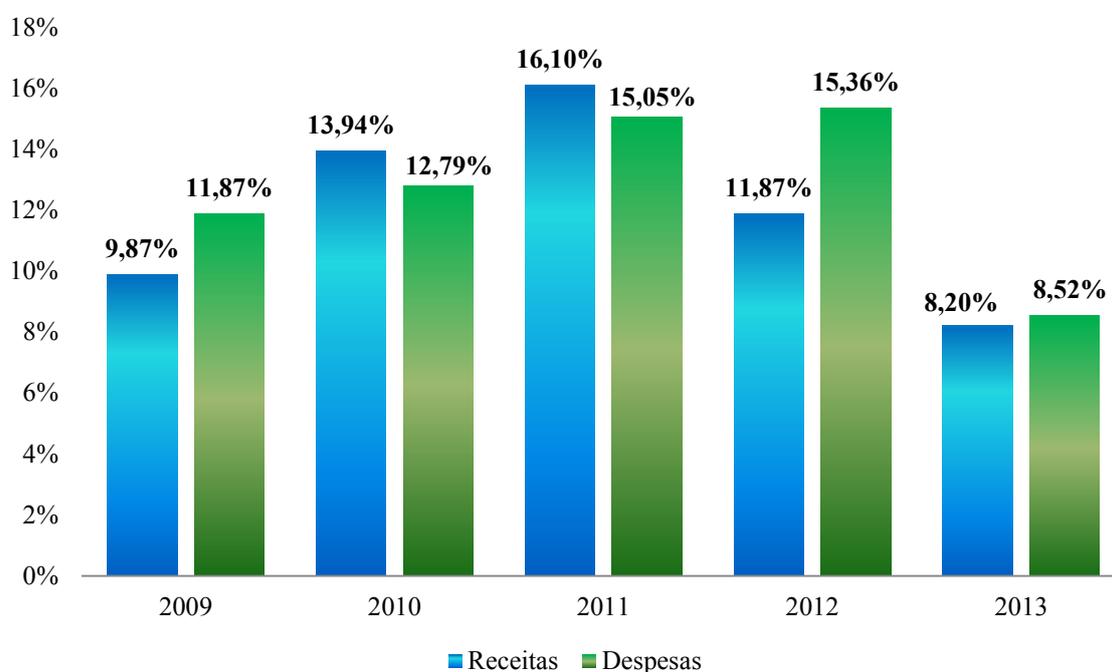
No decorrer dos últimos 13 anos, a concentração de recursos não apresentou mudanças significativas. Em média, a carga tributária dos municípios foi de 16,89%, 42,58 p. p menor que a média apresentada pela União (59,48%).

O fator relevante para deteriorar esse quadro se encontra no descompasso entre a elevação das responsabilidades e encargos e o aumento das receitas. Nos últimos anos, entre 2009 e 2013, os municípios catarinenses apresentaram crescimento médio das



despesas correntes de 12,72%, valor 6,02% maior que o crescimento médio das receitas correntes para o mesmo período, que foi de 11,99%. Essa análise é verificada no gráfico 6.

**Gráfico 6. Comparação Entre Crescimento das Receitas Correntes e Despesas Correntes**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (FINBRA) – Elaboração: FECAM

Também é possível verificar que, durante os últimos cinco anos, em três deles, o crescimento das despesas foi significativamente maior do que o apresentado pelas receitas. Em 2012 e 2013 a diferença foi de 29,40% e 3,99%, respectivamente.

Diante do quadro caracterizado pela concentração de recursos na União, desonerações fiscais, dependências das transferências e também do elevado crescimento das responsabilidades, conclui-se que essa situação ameaça o custeio dos programas sociais e o atendimento às demandas do cidadão, além de reduzir a capacidade de

investimento e promoção do desenvolvimento econômico dos municípios, o que os levará conseqüentemente, a curto e médio prazo, a um forte desequilíbrio orçamentário municipal e insustentabilidade na governança local.

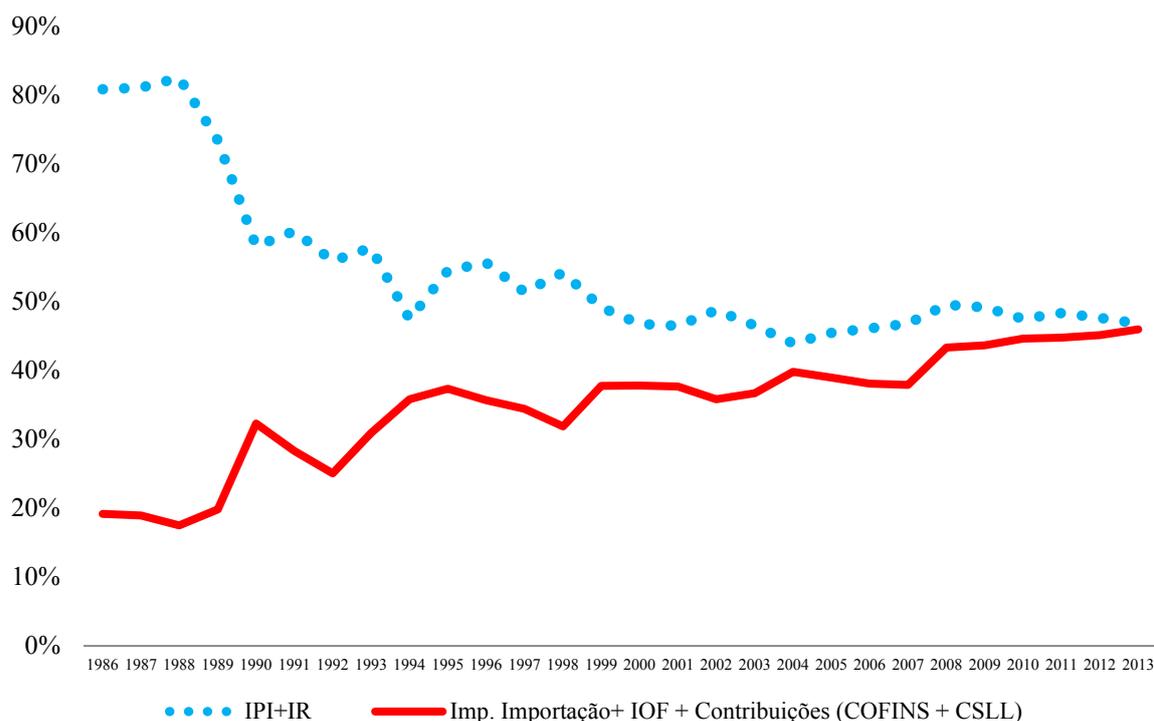
### **Mudança no Paradigma do Bolo Tributário**

O equilíbrio na distribuição dos recursos tributário é uma reivindicação constante da FECAM. No curto prazo, a promulgação da Emenda Constitucional nº 84/2014 foi uma conquista importante para o acréscimo nas receitas municipais. Entretanto, essa situação pouco modificará a distribuição do bolo tributário.

A mudança desse panorama torna-se uma necessidade para o atendimento das demandas sociais e econômicas dos municípios. Atualmente, cerca de 50% das receitas da União correspondem a tributos que não são partilhados com os demais entes da federação, conforme gráfico 7. Essa realidade é muito distante da que foi apresentada em 1986. Entre 1986 a 2013, a participação dos tributos não partilhados na receita tributária federal aumentou 139,60%, passando de 19,18% para 45,95%. Com relação aos impostos que formam o FPM, a queda foi de 42,11%.

A repartição desses tributos é um passo essencial para a equalização da carga tributária. Esse quadro se acentuará em 2015, já que as medidas de austeridade fiscal implementadas pelo Ministério da Fazenda no dia 19 de janeiro caracterizam elevação da carga tributária, principalmente, por meio de tributos não partilhados, como Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre pessoa física e Programas de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS/Cofins importação.

**Gráfico 7. Distribuição da Receita Tributária Federal**

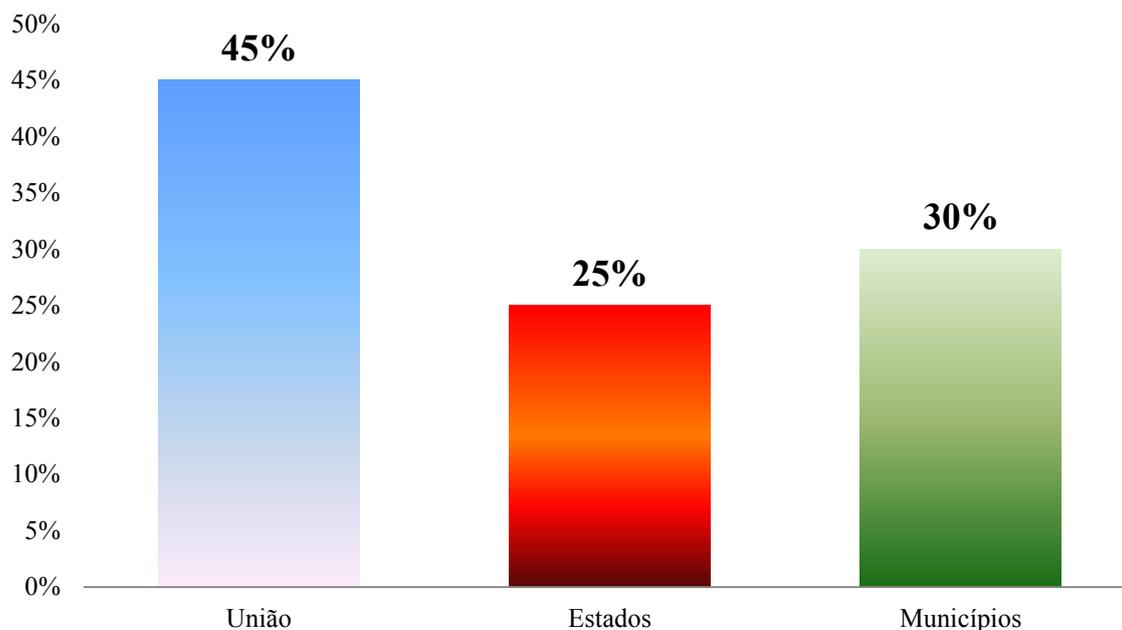


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – Elaboração: FECAM

A FECAM está reivindicando, para o médio prazo, a repartição das receitas provenientes do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas (CSLL) com os municípios – que hoje se concentram em sua totalidade na União - na proporção de 10% do montante, a ser distribuído em parcelas com acréscimo de 2% ao ano, nos próximos cinco anos. A partir dos dados referentes a 2013, se essa distribuição fosse válida durante esse período na sua totalidade de 10%, estima-se que o acréscimo nas receitas dos municípios de Santa Catarina seria de R\$ 1.157,11 milhões. Em longo prazo, a FECAM defende uma nova partilha do bolo tributário, ficando 30% para os municípios, 25% para os Estados e 45% para a União, conforme gráfico 8.



**Gráfico 8. Distribuição da Partilha Tributária Ideal**



Elaboração: FECAM

A equalização da partilha tributária, conforme defendida pela FECAM, necessita de um acréscimo de 12,83 p.p de acordo com a base de distribuição caracterizada em 2013, que foi de 17,17%. Para os municípios brasileiros, com essa nova base, o aumento nas receitas é estimado em R\$ 282.768,11 milhões.

Informações Adicionais:

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional

E-mail: [indicadores@fecam.org.br](mailto:indicadores@fecam.org.br)

Fone/Fax: (48) 3221-8800



# CARTA CONJUNTURA

PANORAMA ECONÔMICO E FINANCERIO DOS MUNICÍPIOS

Ano 01 - maio/2015



Edição - 01

## Expediente

### Federação Catarinense de Municípios - FECAM

Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito - Florianópolis - SC - 88070-101

Fone/Fax: (48) 3221-8800 [www.fecam.org.br](http://www.fecam.org.br) – [fecam@fecam.org.br](mailto:fecam@fecam.org.br)

### Conselho Executivo

José Claudio Caramori – Presidente da FECAM e Prefeito de Chapecó

Hugo Lembeck - 1º Vice-presidente e Prefeito de Taió

Leonel José Martins - 2º vice-presidente e Prefeito de Balneário Piçarras

Sisi Blind - 3ª vice-presidente e Prefeita de São Cristóvão do Sul

Luiz Carlos Xavier - 1º secretário e Prefeito de Otacílio Costa

Antonio João de Fáveri - 2º secretário e Prefeito de Jacinto Machado

### Diretoria

Celso Vedana – Diretor de Articulação Institucional

Alexandre Alves – Diretor Executivo

### Equipe Técnica

Emerson Souto – Coordenador de Desenvolvimento Regional

Alison Fiuza da Silva – Economista

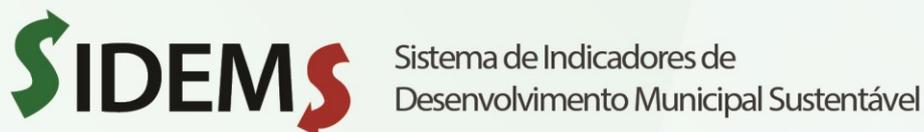
Gabriela Wajzman Nedeff – Estagiária de Economia

### Apoio

Dayna Maressa Soares Pacheco - Assessora de Articulação

Victor Gote – Designer

Letícia Guimarães Póvoas – Assessora de Imprensa



*“O SIDEMS é um instrumento inovador de apoio à gestão pública municipal, que faz uso da sistematização e simplificação da informação para subsidiar a tomada de decisão e o monitoramento de políticas públicas municipais”*

**[indicadores.fecam.org.br](http://indicadores.fecam.org.br)**



**[www.fecam.org.br](http://www.fecam.org.br)**

**[f /fecamsc](https://www.facebook.com/fecamsc)**